

ÍNDICE

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES.....	4
CLÁUSULA II REQUISITOS	5
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	7
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	11
CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA DE EMISSÃO	28
CLÁUSULA VI AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA E RESGATE ANTECIPADO	28
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO	31
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA.....	38
CLÁUSULA IX OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA INTERVENIENTE GARANTIDORA.....	47
CLÁUSULA X AGENTE FIDUCIÁRIO.....	51
CLÁUSULA XI ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	63
CLÁUSULA XII DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA.....	65
CLÁUSULA XIII DISPOSIÇÕES GERAIS.....	68

The bottom right of the page contains several handwritten signatures and initials. There is a circular stamp or mark at the top right. Below it, there are several cursive signatures, including one that appears to be '198' and another that looks like 'CH'.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA RIO CANOAS ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento,

RIO CANOAS ENERGIA S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rodovia BR 116, Km 395, nº 2.651, Bairro Alto, CEP 82.590-100, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 11.316.814/0001-56, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Emissora" ou "Companhia");

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, Bairro Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento, na qualidade de representante da comunhão de titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 3.4.1 abaixo) ("Debenturistas da Primeira Série") e dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 3.4.1 abaixo) ("Debenturistas da Segunda Série" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, "Debenturistas") ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte"; e

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olímpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 1403, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.014.553/0001-91, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Interveniente Garantidora");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em

Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Rio Canoas Energia S.A." ("Escritura de Emissão"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.1. Autorização da Emissora

1.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base na deliberação da (i) Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 07 de agosto de 2012 ("AGE da Companhia"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão (conforme definido na Cláusula II abaixo), bem como seus termos e condições; (b) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); e (ii) Reunião do Conselho de Administração da Interviente Garantidora, realizada em 07 de agosto de 2012 ("RCA da Interviente Garantidora"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão (conforme definido na Cláusula II abaixo), bem como seus termos e condições, (b) a aprovação para outorga da Fiança (conforme definida na Cláusula 4.15.1 abaixo) e de garantia de penhor sobre, aproximadamente, 100% (cem por cento) das ações emitidas pela Emissora e detidas pela Interviente Garantidora, exceto 3 (três) ações ordinárias nominativas de emissão da Emissora pertencentes aos membros do Conselho de Administração da Emissora, nos termos da Cláusula 4.16 abaixo; e (c) a autorização à Diretoria da Interviente Garantidora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na RCA da Interviente Garantidora.

CLÁUSULA II REQUISITOS

A segunda emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, da Emissora ("Debêntures"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), nos termos desta Escritura de Emissão ("Emissão" ou "Oferta Restrita"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários

2.1.1. Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, a ata da AGE da Companhia será arquivada na Junta Comercial do Paraná ("JUCEPAR") e publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal do Estado do Paraná ("Jornais de Publicação da Companhia"). A ata da RCA da Interveniente Garantidora será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico ("Jornais de Publicação da Interveniente Garantidora" e, em conjunto com os Jornais de Publicação da Companhia, os "Jornais de Publicação").

2.1.2. Os atos societários da Emissora e da Interveniente Garantidora que pela lei são passíveis de serem arquivados e publicados e que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivados na JUCEPAR e na JUCESP, respectivamente, bem como serão publicados nos respectivos Jornais de Publicação.

2.2. Arquivamento da Escritura de Emissão na Junta Comercial do Paraná

2.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCEPAR, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.3.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.3.2. A Emissão não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" em vigor desde 1º de junho de 2011.

2.4. Registro para Distribuição e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definidos na Cláusula 3.5.3 abaixo) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias, contados a partir da data de subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e depois do cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.5. Registro da Garantia

2.5.1. Em função da garantia fidejussória, a presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão protocolados em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do seu registro na JUCEPAR, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Cartório de São Paulo") e no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná ("Cartório do Paraná" e, em conjunto com o Cartório de São Paulo, "Cartórios"), na forma prevista na Lei de Registros Públicos, de n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973. No prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da assinatura desta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a apresentar ao Agente Fiduciário cópia desta Escritura registrada nos respectivos cartórios mencionados acima.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (a) a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no rio Canoas, no Município de Cerro Negro, no Estado de Santa Catarina, nas coordenadas referenciais de 27° 37' 17" latitude Sul e 50° 59' 17" longitude Oeste, denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi ("UHE Garibaldi"), com potência instalada mínima de 177,9 MW, bem como das respectivas instalações de transmissão de interesse restrito à UHE Garibaldi; (b) estudar, planejar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição, e comércio de energia elétrica, bem como os serviços que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, podendo administrar e/ou incorporar outros sistemas, prestar serviços técnicos de sua especialidade, organizar subsidiárias, incorporar outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução dos seus objetivos.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura de Emissão constitui a segunda emissão para distribuição pública de Debêntures simples da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"), sendo que (i) o valor total de emissão das Debêntures da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 3.4.1 abaixo) é de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) e (ii) o valor total de emissão das Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 3.4.1 abaixo) é de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais).

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em duas séries, sendo as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série", as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série", e, as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, em conjunto, doravante denominadas "Debêntures".

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, da Rio Canoas Energia S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os

1

fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.

3.5.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, são considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias (conforme definidas nas Cláusulas 4.15 e 4.16 abaixo).

3.5.5. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.6. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o dia útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.7. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e

prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados, apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.5.8. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.5.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

3.6.1. O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº. 100 – Torre Itausa ("Banco Mandatário") e o agente escriturador das Debêntures é o Itaú Corretora de Valores S.A., com sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº. 3.400, 10º andar ("Agente Escriturador"), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e o Agente Escriturador.

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures da Primeira Série serão utilizados para a implementação do projeto UHE Garibaldi ("Projeto").

3.7.2. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures da Segunda Série serão utilizados para realizar o pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados ao Projeto, conforme os termos do artigo 1º, parágrafo 1º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 ("Lei 12.431") e Resolução nº 3.947, emitida pelo Conselho Monetário Nacional em 27 de janeiro de 2011.

3.7.2.1. O Projeto tem por objetivo a construção, operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Garibaldi com capacidade instalada de 178MW, localizada no Rio Canoas, Municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, em Santa Catarina.

3.7.2.2. A implementação do Projeto já está em curso, encontrando-se em fase de construção, sendo que seu encerramento é estimado para ocorrer no segundo semestre de 2013.

3.7.2.3. A totalidade dos recursos financeiros necessários para a realização do Projeto é de aproximadamente R\$ 830 milhões.

3.7.2.4. A Emissora estima que a presente emissão de Debêntures deve representar 12% (doze por cento) das necessidades de recursos financeiros do Projeto.

CLÁUSULA IV

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de agosto de 2012 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória.

4.1.4. **Datas de Vencimento:** As Debêntures da Primeira Série possuem vencimento final previsto para 22 de dezembro de 2014 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"). As Debêntures da Segunda Série possuem vencimento final previsto para 15 de dezembro de 2024 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série"). Na Data de Vencimento da Primeira Série e na Data de Vencimento da Segunda Série, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, respectivamente, que ainda estiverem em circulação, com o seu consequente cancelamento. A liquidação das Debêntures aqui referida será realizada pela Emissora da seguinte forma: (i) as Debêntures da Primeira Série serão liquidadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração; e (ii) as Debêntures da Segunda Série serão liquidadas pelo seu Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração.

4.1.4.1. Para fins desta Escritura, "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa o Valor Nominal Unitário remanescente das Debêntures da Segunda Série:

(i) após cada Período de Incorporação de Juros das Debêntures da Segunda Série, conforme definido na Cláusula 4.3.2 abaixo; e

(ii) após cada Data de Amortização da Segunda Série, conforme definido na Cláusula 4.3.2 abaixo.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.6. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas (i) 25 (vinte e cinco) Debêntures da Primeira Série; e (ii) 75 (setenta e cinco) Debêntures da Segunda Série, totalizando 100 (cem) Debêntures.

4.2. Remuneração

A remuneração das Debêntures ("Remuneração") será composta de Atualização Monetária e Juros Remuneratórios conforme disposto a seguir:

4.2.1. **Atualização Monetária:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da Data de Emissão ("Atualização Monetária"), até a integral liquidação das Debêntures, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal atualizado das Debêntures calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem

arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{dup/dut} \right]$$

Onde:

n = Número total de índices utilizados na atualização das debêntures, sendo "n" um número inteiro;

dup = número de dias úteis entre a última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de dias úteis entre a última e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k".

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Caso no mês de atualização o IPCA não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de $\left(\frac{NI_{k-1}}{NI_{k-2}} \right)$ preços em questão, observado o disposto nas cláusulas 4.2.1.1 e 4.2.1.2.

4.2.1.1. Observada a Cláusula 4.8.1.1. abaixo, aplicável até a data de subscrição e integralização das Debêntures, no caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizada, em sua substituição, o índice que a BM&FBovespa adotar em contratos indexados ao IPCA, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas. Se a não divulgação do IPCA for superior ao

prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA"), ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, ou por determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção do IPCA ou de impossibilidade de aplicação às Debêntures por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula IX desta Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização Monetária que será aplicada, observado o disposto na Cláusula 4.2.1.2 abaixo ("Taxa Substitutiva").

4.2.1.2. Caso na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização Monetária entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar ao Agente Fiduciário, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas qual a alternativa escolhida:

I. resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures atualizado pela Atualização Monetária, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures (conforme definida na Cláusula 4.2.2 abaixo) devido até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (observado, no caso das Debêntures da Segunda Série, o quanto disposto nas Cláusulas 6.1 a 6.8 abaixo). Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada para cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nesta Escritura de Emissão para fins de cálculo da Atualização Monetária; ou

II. amortizar integralmente a totalidade das Debêntures em circulação (observado, no caso das Debêntures da Segunda Série, o quanto disposto nas Cláusulas 6.1 a 6.8 abaixo), em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento e o respectivo prazo médio de amortização das Debêntures, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma pro rata entre os titulares das Debêntures em circulação; e (b) durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a respectiva periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures continuará sendo aquela estabelecida na Cláusula 4.4 desta Escritura. Até a amortização integral das Debêntures em circulação será utilizado um novo parâmetro para fins de cálculo da Atualização Monetária da que será aplicado, a ser definido a critério dos Debenturistas reunidos em nova Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim (e que observará o quorum disposto no caput dessa Cláusula 4.2.1.2), devendo a Emissora, obrigatoriamente, ser convocada para tal Assembleia Geral de Debenturistas, sendo certo que a nova Atualização Monetária não poderá exceder o último IPCA divulgado. Na hipótese de não haver consenso entre os debenturistas quanto ao novo parâmetro de atualização monetária durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa ou caso a Emissora não compareça à referida Assembleia Geral, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa I acima.

4.2.1.3. Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator "C" no cálculo da Atualização Monetária.

4.2.2. **Juros remuneratórios:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, atualizado pela Atualização Monetária, incidirão juros, correspondentes a um percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, equivalente a 7,89% (sete inteiros e oitenta e nove centésimos por cento) ao ano, incidentes desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento imediatamente anterior, conforme item 4.3 ("Juros Remuneratórios"). Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão calculados em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por dias úteis e de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor dos juros devidos ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left[\left(1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

onde:

Taxa = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, equivalente a 7,8900

DP = número de dias úteis entre a data de emissão, incorporação, ou último evento, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro, conforme tabela do item 4.3.2.

4.2.2.1. **Período de Incorporação de Juros das Debêntures da Segunda**

Série: Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série serão calculados entre a data de emissão e 15 de dezembro de 2017, e serão incorporados ao Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado em cada data, conforme definido na tabela da Cláusula 4.3.2 ("Período de Incorporação de Juros das Debêntures da Segunda Série").

4.2.2.2. **Pagamento da Remuneração das Debêntures:** O pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será realizado em uma única

parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, na Data de ocorrência de uma Amortização Extraordinária ou de um Resgate Antecipado (conforme definidos na Cláusula 6.2.1 abaixo) ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo) ("Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série"). O pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série será realizado nas datas indicadas na tabela da Cláusula 4.3.2 abaixo, juntamente com as parcelas de amortização, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 15 de junho de 2018 e o último, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, na data de ocorrência de uma Amortização Extraordinária ou de um Resgate Antecipado (conforme definidos na Cláusula 6.2.1 abaixo) ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo) ("Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série").

4.2.3. Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão "dia(s) útil(eis)" para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP significa qualquer dia, exceto pelos sábados, domingos ou feriados nacionais. Para as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão ou para as Debêntures que não estiverem custodiadas na CETIP, na data de cada pagamento, o dia em que os bancos deverão ou poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário

4.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 01 (uma) única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série.

4.3.2. O Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado pela Atualização Monetária de cada uma das Debêntures da Segunda Série, será amortizado em 20 (vinte) parcelas semestrais e sucessivas (cada uma, uma "Data de Amortização da Segunda Série"), de acordo com a Coluna "% de amortização sobre o saldo imediatamente anterior" da Tabela Abaixo, sendo a primeira parcela paga em 15 de junho de 2015 e a última na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série:

Parcela	Data de Pagamento ou Incorporação	Juros Remuneratórios	% de amortização sobre o saldo imediatamente anterior	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser Amortizado*
1	15-dez-12	Incorporados	0.00%	0.00%
2	15-jun-13	Incorporados	0.00%	0.00%
3	15-dez-13	Incorporados	0.00%	0.00%
4	15-jun-14	Incorporados	0.00%	0.00%
5	15-dez-14	Incorporados	0.00%	0.00%
6	15-jun-15	Incorporados	12.0000%	12.00%
7	15-dez-15	Incorporados	13.6364%	12.00%
8	15-jun-16	Incorporados	0.3289%	0.25%
9	15-dez-16	Incorporados	0.3300%	0.25%
10	15-jun-17	Incorporados	3.7748%	2.85%
11	15-dez-17	Incorporados	3.9229%	2.85%
12	15-jun-18	Pagos	1.7908%	1.25%
13	15-dez-18	Pagos	1.8235%	1.25%
14	15-jun-19	Pagos	4.0862%	2.75%
15	15-dez-19	Pagos	4.2603%	2.75%
16	15-jun-20	Pagos	6.4725%	4.00%
17	15-dez-20	Pagos	6.9204%	4.00%
18	15-jun-21	Pagos	9.6654%	5.20%
19	15-dez-21	Pagos	10.6996%	5.20%
20	15-jun-22	Pagos	14.7465%	6.40%
21	15-dez-22	Pagos	17.2973%	6.40%
22	15-jun-23	Pagos	25.3268%	7.75%
23	15-dez-23	Pagos	33.9168%	7.75%
24	15-jun-24	Pagos	50.0000%	7.55%
25	15-dez-24	Pagos	100.0000%	7.55%

* O Valor Nominal Unitário aqui apresentado é referenciado à Data de Emissão e deverá ser atualizado monetariamente nos termos desta Escritura.

4.4. Local de Pagamento

4.4.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.5. Prorrogação dos Prazos

4.5.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere à integralização das Debêntures, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado na Cláusula 4.4 acima, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.6. Encargos Moratórios

4.6.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios").

4.7. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.7.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período

relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.8. Preço de Subscrição

4.8.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (conforme definida abaixo), de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura, considerando-se o preço unitário com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento ("Preço de Subscrição").

4.8.1.1. Caso, até a data de subscrição e integralização das Debêntures não haja divulgação do IPCA do mês imediatamente anterior, será utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures a última projeção de IPCA, conforme acordado pelo Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANBIMA ou, na falta dessa projeção da ANBIMA, o último IPCA oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas se e quando o IPCA que seria aplicável for divulgado.

4.9. Forma de Integralização

4.9.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.10. Repactuação

4.10.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.11. Publicidade

4.11.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal do Estado do Paraná ou outro jornal que venha a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.triunfo.com - nesta

página acessar "Empresas do Grupo – Rio Canoas") ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais.

4.12. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.12.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriurador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

4.13. Tratamento Tributário

4.13.1. As Debêntures da Segunda Série gozam do tratamento tributário previsto no artigo 1º da Lei 12.431.

4.13.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária (diferente, no caso das Debêntures da Segunda Série, daquelas previstas na Lei 12.431), este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.13.3. Caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Emissão e até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, as Debêntures da Segunda Série deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431, exclusivamente em razão da Emissora deixar de alocar, no todo ou em parte, os recursos captados no âmbito da Emissão conforme destinação de recursos prevista no item 3.7.2 desta Escritura de Emissão, e/ou deixar de implementar o Projeto, a Emissora e a Interveniente Anuente obrigam-se desde já (i) de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Coordenador Líder por todos os prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas decorrentes diretamente do não atendimento, por parte da Emissora, dos requisitos estabelecidos na referida Lei 12.431, excluídos danos indiretos e lucros cessantes; e (ii) a arcar com os impostos

que venham a ser devidos pelos Debenturistas, em razão das Debêntures da Segunda Série deixarem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431, de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos impostos não fossem incidentes.

4.14. Garantia Fidejussória

4.14.1. A Interveniente Garantidora, neste ato, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, renunciando expressamente aos benefícios e direitos descritos na Cláusula 4.15.3 abaixo, obrigando-se como principal pagadora e solidariamente responsável com a Emissora, pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a Remuneração das Debêntures e os Encargos Moratórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão ("Fiança" e "Valor Garantido").

4.14.2. A Interveniente Garantidora obriga-se a pagar o Valor Garantido no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Interveniente Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pela Interveniente Garantidora de acordo com o estabelecido nesta Escritura de Emissão e fora do âmbito da CETIP.

4.14.3. A Interveniente Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza e demais direitos previstos nos artigos 277, 333, 366, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e nos artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.14.4. A Interveniente Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta

Cláusula 4.14, observado, entretanto, que a Interveniante Garantidora desde já concorda e obriga-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pela Interveniante Garantidora nos termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

4.14.5. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento integral do Valor Garantido, inclusive nos casos de prorrogação da Data de Vencimento, exceto pelo previsto na Cláusula 4.14.9 abaixo.

4.14.6. A Interveniante Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão.

4.14.7. A presente Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações principais e acessórias garantidas.

4.14.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.14.9. A presente Fiança deverá ser automaticamente liberada, mediante notificação do Agente Fiduciário à Interveniante Garantidora em tal sentido, mediante o cumprimento integral de todas as seguintes condições, a ser verificado pelo Agente Fiduciário, a seu exclusivo critério, ficando ressalvado, no entanto, que, em qualquer hipótese, tal liberação não ocorrerá antes de 15 de julho de 2016:

- (i) comprovação da conclusão do Projeto e da sua entrada em operação comercial plena, conforme definido no Contrato de Concessão (conforme definido na Cláusula 4.15.1 (ii) abaixo) e seus posteriores aditivos, com a devida obtenção de aprovação ou certificação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL");

- (ii) apresentação ao Agente Fiduciário da(s) Licença(s) de Operação do Projeto, oficialmente publicada(s), expedida(s) pelo órgão competente;
- (iii) manter as Garantias devidamente constituídas (conforme definido na Cláusula 4.15.1 (ii) abaixo), mediante a apresentação do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergentes (conforme definido na Cláusula 4.15.1 (ii) abaixo), devidamente formalizado e registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, e de cópia autenticada do Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora, onde esteja registrado o penhor da totalidade das Ações Empenhadas (conforme definido na Cláusula 4.15.1 (i) abaixo) de titularidade da Interviente Garantidora;
- (iv) comprovação de que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") atingiu, após a amortização de 12 (doze) meses de juros e principal do Serviço da Dívida (BNDES e debêntures), o índice mínimo de 1,20x (um inteiro e vinte centésimos), com base nas demonstrações financeiras anuais da Emissora, auditadas por auditores independentes, cadastrados na CVM, devendo os auditores emitir notas explicativas para o Agente Fiduciário, contemplando relatório de apuração do ICSD, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo I à presente Escritura;
- (v) estar a Emissora em operação comercial plena, na data de liberação da Fiança, e recebendo regularmente na Conta Centralizadora (conforme definido na Cláusula 4.15.1 (ii) abaixo) todos os direitos de crédito decorrentes da venda de energia elétrica pela Emissora;
- (vi) comprovação pela Emissora do preenchimento, na data de liberação da Fiança, da Conta Reserva da Emissão (conforme definido na Cláusula 4.15.1 (ii) abaixo), conforme previsto na presente Escritura e no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergentes;
- (vii) estar a Emissora e as demais empresas pertencentes a seu grupo econômico em dia com todas as suas obrigações contratuais perante os Debenturistas, na data de liberação da Fiança; e
- (viii) apresentação pela Emissora de contrato(s) de comercialização de energia celebrado(s) entre a Emissora e terceiro(s) comprador(es) ou celebrado(s)

entre a Triunfo Negócios de Energia S.A. e terceiro(s) comprador(es), em termos satisfatórios para os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, que contemple(m) a comercialização da energia gerada pelo Projeto, observadas, em quaisquer dos casos, as seguintes condições mínimas:

- (a) energia contratada de, no mínimo, 11,40 MW médios;
- (b) preço mínimo equivalente a R\$ 120,00/MWh (data-base de agosto de 2011), atualizado pelo IPCA;
- (c) período de fornecimento de 01 (um) de maio de 2015 até, no mínimo, 31 (trinta e um) de dezembro de 2024; e
- (d) Multa rescisória equivalente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do valor remanescente do contrato de comercialização.

4.15. Garantia Real

4.15.1. As Debêntures também serão garantidas por:

- (i) Penhor da totalidade das ações representativas do capital social da Emissora de titularidade da Interviente Garantidora, nos termos dos artigos 1.431 e seguintes do Código Civil Brasileiro, quer existentes ou futuras, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as Ações Empenhadas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à acionista da Emissora, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos, exercício de direito de preferência das Ações Empenhadas, distribuição de bonificações ou conversão de debêntures de emissão da Emissora e de titularidade da acionista da Emissora, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as Ações Empenhadas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a

Emissora, nos termos do Contrato de Penhor de Ações celebrado entre a Interviente Garantidora, a Emissora, na qualidade de interveniente anuente, e o Agente Fiduciário ("Ações Empenhadas" e "Contrato de Penhor de Ações", respectivamente); e

- (ii) Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios de que a Emissora é titular, emergentes do Contrato de Concessão nº 03/2010-MME-UHE Garibaldi, assinado em 14 de dezembro de 2010, entre a União, representada pela ANEEL, e a Emissora, e seus posteriores aditivos ("Contrato de Concessão"), incluindo, sem limitação, (a) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Emissora, incluído o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão ("Concessão") e seus posteriores aditivos; (b) os direitos creditórios da Emissora, provenientes dos dois Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, ambos celebrados em 30 de novembro de 2011, entre a Emissora e a Triunfo Negócios de Energia S.A. ("CCVE's"), dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR's"), e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Emissora inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Emissora; (c) as garantias constantes dos CCVE's, dos CCEAR's e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Emissora; (d) os direitos creditórios da Emissora contra a instituição depositária dos valores depositados nas contas a serem abertas e mantidas nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergentes"); e (4) conta seguradora, na qual serão depositados todos os eventuais recursos recebidos pela Emissora em caso de execução ou pagamento das garantias outorgadas ou dos instrumentos de seguro e de seguro-garantia previstos nos contratos para a implantação do Projeto, firmados pela a Emissora e dos quais esta seja beneficiária (conjuntamente, as "Contas Vinculadas"); e (e) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da Emissora que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica pela Emissora (sendo a cessão fiduciária de direitos creditórios descrita nos itens (a) a (e) acima doravante denominada "Cessão

Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergentes" e os direitos descritos nos itens (a) a (e) acima "Direitos Cedidos"). O Contrato de Penhor de Ações, quando em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergentes, doravante "Contratos de Garantia". Os Contratos de Garantia, quando em conjunto com a Fiança, doravante "Garantias".

4.15.2. Nos termos do contrato de compartilhamento de garantias, a ser celebrado entre o Agente Fiduciário e o BNDES ("Contrato de Compartilhamento de Garantias"), as Garantias serão compartilhadas na proporção da participação de cada um dos credores no total financiado à Emissora, de forma "*pari passu*" e sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, entre (i) os titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário e (ii) o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), na qualidade de concedente de financiamento de longo prazo à Emissora, no valor de R\$ 367.830.000,00 (trezentos e sessenta e sete milhões, oitocentos e trinta mil reais), destinado ao desenvolvimento e implementação do Projeto ("Financiamento do BNDES"), nos termos do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.0520.1, celebrado entre a Emissora e o BNDES, com a interveniência da Interveniente Garantidora, em 10 de julho de 2012 ("Contrato de Financiamento do BNDES").

4.15.3. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, promover o registro dos Contratos de Garantia, caso a Emissora não o faça, às expensas da Emissora, nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil, conforme previsto nos *Contratos de Garantia*.

4.15.4. Em caso de excussão das Garantias, serão adotadas as medidas necessárias para alienar as Ações Empenhadas e os Direitos Cedidos, procedendo à avaliação e à venda, na forma do disposto no Contrato de Penhor de Ações, no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergentes e no Contrato de Compartilhamento de Garantias, sendo que a transferência do controle da Emissora dependerá de prévia e expressa anuência da ANEEL e a excussão da cessão de direitos prevista no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergentes não poderá comprometer a continuidade da exploração da UHE Garibaldi.

celebrados
ração dos

CLÁUSULA VI

6.1.2. A Emissora poderá, a qualquer momento após 2 (dois) anos contados da Data de Emissão e a seu exclusivo critério, realizar a amortização extraordinária do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizado monetariamente ("Amortização Extraordinária"), acrescida de Juros Remuneratórios até a data do efetivo pagamento da Amortização Extraordinária, sendo que após a Amortização Extraordinária será realizado em até 05 (cinco) dias úteis aditamento a este instrumento para ajuste na tabela de amortização prevista na Cláusula 4.3.2 acima. A Amortização Extraordinária estará limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado e deverá ser precedida de notificação dirigida ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos interesses dos Debenturistas, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis da data da efetiva Amortização Extraordinária a ser implementada pela Emissora ("Data de Amortização Extraordinária" e "Comunicação de Amortização Extraordinária", respectivamente).

pendência mínima de 20 (vinte) dias úteis da
nária a ser implementada pela Emissora
ria" e "Comunicação de Amortização

6.1.2.1. O pagamento da Amortização Extraordinária das Debêntures da Segunda Série, bem como da Remuneração, deverão ser realizados de acordo com o disposto no item 4.4 acima, na data indicada na Comunicação de Amortização Extraordinária, e deverá abranger todas as Debêntures em circulação. Caso as Debêntures objeto da Amortização Extraordinária estejam custodiadas eletronicamente no SND, a Amortização Extraordinária seguirá os procedimentos previstos pela CETIP.

6.2. Resgate Antecipado Facultativo Total

6.2.1. A Emissora não poderá realizar o resgate antecipado facultativo das Debêntures da Primeira Série.

6.2.2. Observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura, a Emissora poderá, a qualquer momento após 2 (dois) anos contados da Data de Emissão e a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das Debêntures da Segunda Série ("Resgate Antecipado"), mediante comunicação dirigida ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos interesses dos Debenturistas ("Comunicação de Resgate"), com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data do efetivo Resgate Antecipado a ser implementado pela Emissora ("Data de Resgate Antecipado").

6.2.2.1. O pagamento do Resgate Antecipado deverá ser realizado de acordo com o disposto no item 4.4 acima, na data indicada na Comunicação de Resgate, e deverá abranger todas as Debêntures da Segunda Série em circulação. Caso as Debêntures objeto do Resgate Antecipado estejam custodiadas eletronicamente no SND, o Resgate Antecipado seguirá os procedimentos previstos pela CETIP.

6.2.2.3. As Debêntures da Segunda Série resgatadas pela Emissora nos termos deste item 6.2.2 serão automaticamente canceladas.

6.3. Para todos os fins de direito, a CETIP deverá ser comunicada acerca da Amortização Extraordinária e do Resgate Antecipado, por meio de correspondência a ser encaminhada pela Emissora, com o de acordo do Agente Fiduciário, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da Data de Amortização Extraordinária ou da Data de Resgate Antecipado, conforme o caso.

6.4. A Data de Amortização Extraordinária e a Data de Resgate Antecipado deverão, obrigatoriamente, ser um dia útil.

6.5. Na hipótese de Amortização Extraordinária e/ou de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série, que somente poderá ocorrer após 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, a Emissora pagará um prêmio equivalente a um percentual calculado sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série objeto de Amortização Extraordinária ou Resgate Antecipado, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a Data de Amortização Extraordinária ou Data de Resgate Antecipado, conforme o caso, determinado em boa-fé e utilizando métodos aceitos comercialmente e correspondente aos prejuízos ou despesas incorridas pelos Debenturistas ou ganhos potenciais que teriam recebido para garantir que quaisquer pagamentos, quitações em dinheiro ou direitos de opção a respeito da Emissão tenham o mesmo efeito caso não houvesse resgate antecipado das Debêntures da Segunda Série, conforme demonstrado pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, incluindo quaisquer prejuízos ou despesas comprovadamente incorridos em virtude de rescisão, liquidação, alteração ou celebração de qualquer *hedge* ou posição correspondente (ou qualquer lucro resultante deles) no caso de quaisquer operações de derivativos celebradas pelos Debenturistas com relação às Debêntures ("Prêmio"). O Prêmio será definido por Debenturistas representantes de 100% (cem por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, com a presença da Emissora, considerando o disposto acima.

6.6. A Comunicação de Amortização Extraordinária e a Comunicação de Resgate deverão conter as seguintes informações: (i) a Data de Amortização Extraordinária ou a Data de Resgate Antecipado, conforme o caso; (ii) o valor da Amortização Extraordinária ou o valor do Resgate Antecipado, conforme o caso, correspondente ao pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures das Debêntures da Segunda Série objeto da Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Amortização Extraordinária ou a Data de Resgate Antecipado, conforme o caso; e (b) dos demais encargos devidos e não pagos até a Data de Amortização Extraordinária ou a Data de Resgate Antecipado, conforme o caso, acrescido do Prêmio, apurado na forma da Cláusula 6.5 acima; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado, conforme o caso.

6.7. Caso a Emissora não concorde com o prêmio estabelecido pelos Debenturistas nos termos da Cláusula 6.5 acima, esta poderá cancelar a Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado mediante envio de comunicação aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário e à CETIP em até 5 (cinco) dias úteis antes da data prevista para realização da Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado.

6.8. Observado o disposto nas Cláusulas 6.1 a 6.7 acima, bem como na legislação aplicável, é vedado à Emissora (ou parte a ela relacionada) recomprar as Debêntures da Segunda Série, bem como liquidá-las antecipadamente por meio de resgate ou pré-pagamento (total ou parcial) nos 2 (dois) primeiros anos após a Data de Emissão.

CLÁUSULA VII

VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nas Cláusulas 7.1.1 a 7.1.6 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de notificação contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração das Debêntures correspondente, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, e (ii) do Prêmio ao tomar ciência da ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento"):

- (a) descumprimento, pela Emissora e/ou da Interviente Garantidora de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos relativos à Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando ao Contrato de Distribuição e aos Contratos de Garantia não sanado no prazo de 1 (um) dia útil contado da data do recebimento de notificação nesse sentido enviada pelo Agente Fiduciário;
- (b) descumprimento, pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura de Emissão ou demais documentos relativos à Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando ao Contrato de Distribuição e aos Contratos de Garantia, não sanada no prazo de 10 (dez) dias corridos

contados da data do recebimento de notificação nesse sentido enviada pelo Agente Fiduciário, quando aplicável, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;

- (c) ocorrência de (i) dissolução, liquidação ou extinção da Emissora e/ou da Interviente Garantidora; (ii) decretação de falência da Emissora e/ou da Interviente Garantidora; (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Interviente Garantidora que não tenha sido devidamente elidido por estas no prazo legal; (iv) ingresso pela Emissora, e/ou pela Interviente Garantidora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (v) qualquer evento análogo que caracterize o encerramento das atividades da Emissora e/ou da Interviente Garantidora;
- (d) ocorrência de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em decorrência de autuações impostas à Emissora e/ou à Interviente Garantidora que resultem no pagamento de valor, individual ou agregado, superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) no caso da Emissora e/ou a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) no caso da Interviente Garantidora em ambos os casos para as quais não tenha sido feita provisão para pagamento até a Data de Emissão;
- (e) existência de restrições cadastrais impeditivas que venham a recair sobre a Emissora e/ou sobre a Interviente Garantidora, em órgãos de proteção ao crédito tais como Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo ou Serviços de Informações do Banco Central - Sisbacen, CADIN, dentre outros, de caráter fiscal inclusive, por valor individual ou agregado superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, no caso da Emissora; e/ou a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, no caso da Interviente Garantidora, salvo se a Emissora e/ou Interviente Garantidora comprovar, por meio de prova documental, em até 5 (cinco) dias úteis contados da referida inscrição que: (i) a inscrição foi realizado por terceiros de má-fé; (ii) a inscrição foi elidida no prazo legal; ou (iii) a inscrição foi cancelada;
- (f) inadimplemento pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária com relação ao Coordenador Líder

observado o prazo de cura dos respectivos documentos de referida dívida e/ou obrigação;

- (g) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária da Emissora, em valor individual ou agregado superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora seja parte;
- (h) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária da Interviente Garantidora, em valor individual ou agregado superior a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, em qualquer acordo ou contrato do qual a Interviente Garantidora seja parte;
- (i) inveracidade, incorreção, omissão substancial ou descumprimento, em um aspecto relevante, de quaisquer das obrigações, declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e/ou em quaisquer documentos no âmbito da Oferta Restrita;
- (j) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedade por Ações;
- (k) (i) ocorrência de alterações no controle acionário direto ou indireto da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas; ou (ii) ocorrência de alterações no controle acionário direto ou indireto da Interviente Garantidora, que a critério dos Debenturistas possa afetar a capacidade da Emissora ou da Interviente Garantidora de cumprir as obrigações constantes desta Escritura;
- (l) cisão, fusão, incorporação e outras reestruturações societárias da Emissora ou da Interviente Garantidora ou das controladas relevantes da Interviente Garantidora (assim entendidas as sociedades Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – Econorte; Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviários Ltda., Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A., Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda., Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A., Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda., Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes;

Maestra Navegação S.A., Maestra Shipping LLP, Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A.; NTL – Navegação e Logística S.A., Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Rio Verde Energia S.A., suas eventuais sucessoras ou qualquer outra que venha a prestar garantias aos titulares das Debêntures, bem como aquelas controladas que representem, em conjunto ou individualmente, 5% (cinco por cento) ou mais da receita bruta consolidada da Interviente Garantidora, calculados de forma acumulada nos últimos 4 (quatro) trimestres contados da ocorrência da Hipótese de Vencimento Antecipado, as "Controladas Relevantes"), exceto por (i) cisão, fusão, incorporação ou outras reestruturações societárias que mantenham a Interviente Garantidora na posição de controladora societária direta ou indireta das Controladas Relevantes; ou (ii) aquelas que, a exclusivo critério dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, não afetem a capacidade econômica da Emissora e/ou da Interviente Garantidora de cumprir com as obrigações contraídas nesta Escritura de Emissão;

- (m) inadimplemento de quaisquer obrigações decorrentes do Contrato de Concessão ou não atendimento de quaisquer compromissos relevantes assumidos com o poder concedente, não sanados no prazo estipulado no Contrato de Concessão ou no prazo estipulado na notificação recebida da ANEEL nesse sentido;
- (n) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sem a anuência prévia dos Debenturistas;
- (o) caso qualquer documento relativo à Oferta Restrita ou qualquer uma de suas disposições relevantes forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor;
- (p) caso os Contratos de Garantias previstos na Cláusula 4.16 acima venham a se tornar ineficazes ou inexecutáveis, e tal ineficácia ou inexecutabilidade não seja revertida no prazo de 10 (dez) dias úteis da sua ocorrência ou as Garantias não sejam reforçadas, observado que tais novas garantias deverão ser previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

- (q) caso a prestação das Garantias previstas nas Cláusulas 4.15 e 4.16 acima não tenha sido (i) devidamente notificada à ANEEL, conforme estabelecido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergentes; e (ii) válida e registrada perante os Cartórios, em até 20 (vinte) dias corridos contados da assinatura dos Contratos de Garantia;
- (r) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida nesta Escritura de Emissão;
- (s) concessão pela Emissora de mútuos a terceiros sem a anuência prévia dos Debenturistas;
- (t) redução do capital social da Emissora, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (u) cessação pela Emissora ou pela Garantidora de sua atividade empresarial;
- (v) cancelamento, revogação, encampação, caducidade da concessão objeto do Contrato de Concessão, exceto caso a Emissora obtenha decisão judicial ou administrativa ("Decisão") que permita a regular continuidade das atividades da Emissora dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados (i) da data de publicação no Diário Oficial do cancelamento, revogação, ou suspensão, ou (ii) data do recebimento, pela Emissora de notificação comunicando o cancelamento, revogação ou suspensão, o que ocorrer primeiro;
- (w) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações dos alvarás de funcionamento ou licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto caso a Emissora obtenha Decisão que permita a regular continuidade das atividades da Emissora dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados (i) da data de publicação no Diário Oficial da não renovação, cancelamento, revogação, ou suspensão, ou (ii) data do recebimento, pela Emissora de notificação comunicando a não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, o que ocorrer primeiro;

- (x) decretação de intervenção pela ANEEL, tendo por objeto o término da Concessão, desde que tal evento não tenha seus efeitos suspensos ou seja revertido em um prazo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento da notificação pela Emissora da ocorrência do referido evento de inadimplemento;
- (y) inclusão em qualquer acordo societário ou no estatuto social da Emissora, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão; e
- (z) caso a Emissora ceda, aliene, transfira, venda, caucione, empenhe, grave ou, por qualquer forma, negocie ou onere os Direitos Cedidos e/ou quaisquer créditos, presentes ou futuros que, individualmente os compõem ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresse consentimento dos Debenturistas.

7.1.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos nas alíneas "a", "c", "j", "l", "p", "r" e "x" da Cláusula 7.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, assim que tomar conhecimento, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

7.1.2. Na ocorrência de quaisquer dos demais eventos indicados na Cláusula 7.1 acima, exceto os citados na Cláusula 7.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula XI desta Escritura de Emissão e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.1.3 abaixo.

7.1.3. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 7.1.2 acima poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

7.1.4. Adicionalmente ao disposto nas Cláusulas 7.1.2 e 7.1.3 acima, na hipótese de não convocação da Assembleia Geral pelo Agente Fiduciário, os Debenturistas ou a Emissora poderão convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula XI desta Escritura de Emissão e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.1.3 acima. Caso, após 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência do(s) respectivo(s) Evento(s) de Inadimplemento a Assembleia Geral de Debenturistas não tiver sido convocada, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.1.5 abaixo.

7.1.5. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures aplicável, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, bem como do Prêmio definido pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, em até 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida na Cláusula 7.1.4 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos na Cláusula 4.7 desta Escritura de Emissão.

7.1.6. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP informando o vencimento antecipado e a Emissora deverá, obrigatoriamente, cancelar as Debêntures.

7.1.7. Fica desde já acordado que não será necessária a prévia anuência do Agente Fiduciário ou dos Debenturistas para a alteração do Contrato de Financiamento do BNDES, em decorrência de eventual reescalonamento, incluindo, sem limitação, a prorrogação de carência e/ou de pagamento de principal da dívida assumida pela Emissora perante o BNDES, desde que permaneçam inalterados os termos e as condições previstos na Escritura de Emissão de Debêntures, incluídos os pagamentos semestrais de amortização e juros, conforme a tabela constante da Cláusula 4.3.2 acima. Tal eventual alteração ao Contrato de Financiamento do BNDES também não será considerada evento de vencimento antecipado das Debêntures ou declaração, por parte do Agente Fiduciário ou dos Debenturistas,

qualquer tipo de inadimplemento por parte da Emissora com relação às suas obrigações definidas na presente Escritura de Emissão.

CLÁUSULA VIII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora, conforme aplicável, obriga-se, ainda, a:

- (a) manter-se existente e não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor e não praticar nenhum ato em desacordo com seu Estatuto Social ou com esta Escritura de Emissão ou quaisquer dos documentos relativos à Oferta Restrita;
- (b) manter todas as aprovações e requerimentos, societários, governamentais ou regulamentares materialmente relevantes;
- (c) informar imediatamente ao Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado ou qualquer outro inadimplemento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (d) adotar, conforme a legislação brasileira, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo Projeto;
- (e) manter, conforme a legislação brasileira, em situação regular suas obrigações junto aos órgãos de meio ambiente;
- (f) obter todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças, etc.) previstos nas normas de proteção ambiental ou trabalhista relativas a saúde e segurança ocupacional relacionados ao Projeto, atestando o seu cumprimento e mantendo as licenças e outorgas em pleno vigor e eficácia, fornecendo cópia ao Agente Fiduciário no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de sua solicitação, bem como a informar o Agente Fiduciário, imediatamente, sobre a existência de manifestação desfavorável de qualquer

autoridade ou, ainda, a revogação ou cancelamento de quaisquer licenças ou outorgas;

- (g) encaminhar relatórios semestrais de monitoramento contendo o atendimento/acompanhamento das exigências da Licença Ambiental de Instalação – LAI, bem como dos Programas Socioambientais desenvolvidos conforme projeto básico ambiental apresentado;
- (h) encaminhar cópia do cadastro detalhado do Projeto, contendo as informações necessárias para atendimento ao Programa de Indenização (condicionante 6.2 da LAI 084/2011);
- (i) apresentar ao Agente Fiduciário a Licença de Operação do Projeto, oficialmente publicada, expedida pelo órgão competente, tão logo tal licença seja emitida;
- (j) cumprir todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis a elas ou à condução de seus negócios;
- (k) aplicar os recursos recebidos em decorrência da Emissão de acordo com a destinação dos recursos definida na cláusula 3.7.1 acima.
- (l) fornecer ao Agente Fiduciário e ao Coordenador Líder:

(l.1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3 (três) dias úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, e (iii) declaração do Diretor Presidente (ou seu equivalente) da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão, acompanhada de

cópia do relatório de apuração do ICSD descrito na Cláusula 4.14.9 (iv);

- (l.2) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, (i) cópia das demonstrações financeiras da Emissora, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e (ii) declaração do Diretor Presidente (ou seu equivalente) da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão;
- (l.3) em até 3 (três) dias úteis do recebimento da notificação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário;
- (l.4) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias úteis da verificação da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, ou dentro do prazo de cura previsto na Cláusula VII acima, o que for menor; e
- (l.5) dentro de 10 (dez) dias úteis do recebimento da solicitação, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (m) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo previsto na alínea "l.4" acima, qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas, bem como o inadimplemento de quaisquer obrigações relevantes do Contrato de Concessão;
- (n) não conceder preferência a outros créditos, não realizar amortizações ordinárias ou antecipadas, totais ou parciais, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures, à exceção das Debêntures objeto desta Escritura de

Emissão, nem emitir partes beneficiárias; ou, ainda, a liquidação antecipada de quaisquer dívidas/ mútuos com/ para quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, incluindo quaisquer sociedades componentes do de seu grupo econômico;

- (o) não assumir novas dívidas, seja por meio da celebração de contratos de empréstimo, emissão de cédulas de crédito bancário ou de qualquer outra forma, com/ para quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, excetuando-se (i) quaisquer contratos de empréstimo que sejam firmados com outros bancos comerciais, desde que a finalidade de tais dívidas seja a liquidação antecipada da integralidade das obrigações da Emissora oriundas desta Escritura de Emissão; e (ii) os contratos de importação de equipamentos e/ou contratos de Financiamento de Máquinas e Equipamentos – FINAME, celebrados com o BNDES ou seus agentes repassadores, que, em conjunto, onerem equipamentos em valor equivalente a até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais);
- (p) não assumir novas dívidas por meio da celebração de contratos de mútuo com/ para quaisquer pessoas físicas ou jurídicas componentes do Grupo Econômico da Emissora, exceto caso (i) tais mútuos sejam celebrados para fins de cumprimento do plano de investimentos do Projeto; e (ii) tais mútuos tenham seu primeiro pagamento subordinado à liquidação das Debêntures;
- (q) não alienar, ou se comprometer a alienar, não constituir, nem se comprometer a constituir, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, dos Debenturistas, quaisquer ônus, gravames, garantias reais e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre seus ativos, bens e direitos de qualquer natureza, incluindo, sem limitação, as Ações Empenhadas e os Direitos Cedidos, exceto quando tais gravames sejam constituídos em garantia de contratos de importação de equipamentos e/ou contratos de Financiamento de Máquinas e Equipamentos – FINAME, celebrados com o BNDES ou seus agentes repassadores, que, em conjunto, onerem equipamentos em valor equivalente a até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais);
- (r) não alienar, ou se comprometer a alienar, ativos, bens e direitos de qualquer natureza, exceto no curso ordinário de seus negócios até o limite de

- R\$1.000,000,00 (um milhão de reais) ou se os ativos, bens ou direitos alienados forem substituídos por outros ativos, bens ou direitos de valor igual ou superior imediatamente;
- (s) preparar e proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pelas regras relevantes emitidas pela CVM para emissores de valores mobiliários nos termos da Instrução CVM 476, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
 - (t) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, e permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas da Emissora) realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria no prazo previsto na alínea "l.4" acima;
 - (u) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (v) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página, na rede mundial de computadores, e manter tais documentos disponíveis na mesma página por um prazo de 3 (três) anos;
 - (w) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de janeiro de 2002, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (x) divulgar a ocorrência de fato relevante em sua rede mundial de computadores, comunicando imediatamente o Coordenador Líder;
 - (y) fornecer quaisquer informações solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
 - (z) enquadrar o Projeto em conformidade com todas as obrigações socioambientais a que está sujeita por força da legislação socioambiental vigente, inclusive Princípios do Equador;

- (aa) assegurar que os recursos decorrentes da Emissão não serão destinados a quaisquer finalidades e/ou projetos que possam causar danos sociais e que não atendam rigorosamente às normas legais e regulamentares que regem a Política Nacional de Meio Ambiente e às disposições estabelecidas pelos Princípios do Equador;
- (bb) não realizar qualquer pagamento de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sem a anuência prévia dos Debenturistas;
- (cc) manter, durante o período de amortização das Debêntures, a partir de 14 de julho de 2015, recursos na Conta Reserva da Emissão equivalente ao valor da próxima parcela de amortização das Debêntures da Segunda Série emitidas no âmbito da Emissão;
- (dd) permitir, mediante prévia notificação, ampla inspeção das obras do Projeto por parte de representantes dos Debenturistas, bem como de desenhos, especificações ou quaisquer outros documentos técnicos que estejam diretamente ligados ao Projeto;
- (ee) comunicar prontamente ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe modificação do quadro de usos e fontes ou do Projeto, indicando as providências que julgue que devam ser adotadas;
- (ff) utilizar os recursos próprios previstos para a execução do Projeto, bem como, em sua totalidade, os recursos necessários à cobertura de eventuais insuficiências ou acréscimos do orçamento global do Projeto;
- (gg) tomar todas as providências necessárias e aportar os recursos necessários para a conclusão do Projeto, conforme o cronograma de implantação, inclusive para a correção de eventuais atrasos na obra e falhas na implementação do Projeto;
- (hh) manter seguro operacional e patrimonial durante todo o período operacional do Projeto de acordo com as práticas de mercado para esse tipo de Projeto e com instituições de primeira linha;

- (ii) apresentar aos Debenturistas, sempre que estes assim o solicitarem, todo e qualquer comprovante do cumprimento das obrigações relativas ao Seguro-Garantia e aos demais seguros relativos ao Projeto;
- (jj) manter-se adimplente com relação à presente Escritura de Emissão, ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergentes e ao Contrato de Concessão 03/2010-MME-UHE Garibaldi, notificando prontamente os Debenturistas sobre qualquer inadimplemento relevante no âmbito da Concessão;
- (kk) arcar com os custos de quaisquer insuficiências que ocorrerem na realização de recursos necessários à execução do Projeto;
- (ll) enviar cópia dos CCEAR's e de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia que venham, eventualmente, a ser firmados pela Emissora, após serem formalizados e homologados pela ANEEL;
- (mm) apresentar, até 30 de novembro de 2013, documento emitido pela ANEEL aprovando o Projeto Básico do Projeto, sem prejuízo de poder os Debenturistas, antes ou depois do termo final desse prazo, estender o referido prazo, mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro;
- (nn) cumprir a legislação ambiental aplicável em vigor e informar ao Coordenador Líder sobre a ocorrência de qualquer irregularidade ou evento relacionado ao Projeto que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma de proteção ambiental ou devida obrigação de indenizar qualquer dano ambiental;
- (oo) convocar, nos termos da Cláusula XI desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (pp) manter atualizados e em boa ordem seus livros e registros societários;
- (qq) indicar um diretor que ficará responsável pelo atendimento, de forma eficiente, aos Debenturistas;

(rr) notificar o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, após a ocorrência do evento, sobre qualquer alteração relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias e nos negócios da Emissora e/ou de suas controladas que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;

(ss) tomar as medidas necessárias para:

(bbb.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios dentro do seu objeto social e das práticas comerciais usuais (observado, que, com relação às suas controladas diretas ou indiretas, nada nesta Cláusula proibirá tal controlada de dispor sobre seus ativos, observado o disposto nesta Escritura de Emissão);

(bbb.2) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas diretas ou indiretas, excetuando-se pelo desgaste normal, bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho; e

(bbb.3) estender as medidas listadas nas alíneas "bbb.1" e "bbb.2" acima para as sociedades sob seu controle direto ou indireto;

(tt) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no SND, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do SND, por meio da CETIP;

(uu) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (i) Banco Mandatário e Agente Escriurador; (ii) Agente Fiduciário; e (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (i.e., SND);

- (vv) cumprir com todas as obrigações previstas na regulamentação aplicável, em especial aquelas dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (ww) não transferir ou de qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (xx) colaborar com o Coordenador Líder para o atendimento integral das obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009 (conforme aplicáveis);
- (yy) pagar em dia todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- (zz) manter ICSD de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), apurado anualmente), com base nas demonstrações financeiras anuais da Emissora, auditadas por auditores independentes, cadastrados na CVM, devendo os auditores emitir notas explicativas para o Agente Fiduciário, contemplando relatório de apuração do ICSD, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo I à presente Escritura. A primeira medição ocorrerá com base nos demonstrativos financeiros consolidados e auditados da Emissora relativos ao exercício social encerrado em dezembro de 2016;
- (aaa) manter durante todo o período de amortização das Debêntures, Índice de Capital Próprio, definido pela relação Patrimônio Líquido sobre Ativo Total, igual ou superior a 30% (trinta por cento); e
- (bbb) encaminhar semestralmente ao Agente Fiduciário declaração confirmando o cumprimento dos termos e condições do Projeto.

8.2. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se a não praticar nenhum ato ou celebrar qualquer contrato com partes relacionadas em desacordo com o previsto em seu Estatuto Social e na legislação aplicável.

8.3. A Emissora está autorizada receber AFACs, até o valor máximo de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), desde que não haja previsão de remuneração, a qualquer título, ao(s) acionista(s). Os AFACs eventualmente recebidos e não reembolsados ao(s) acionista(s) até a data de 31 (trinta e um) de janeiro de 2015, deverão ser integralizados ao capital social da Emissora.

CLÁUSULA IX

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

9.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Interviente Garantidora, obriga-se, ainda, a:

- (a) submeter à aprovação dos Debenturistas quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ações de emissão da Emissora de sua propriedade, bem como qualquer operação de aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da Emissora ou em transferência do controle acionário da Emissora, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15.12.76;
- (b) não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Emissora, de dispositivo que importe em: (i) restrições à capacidade de crescimento da Emissora ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da Emissora a novos mercados; ou (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras previstas na presente Escritura de Emissão;
- (c) não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Emissora;
- (d) tomar todas as providências necessárias para garantir o atendimento, pela Emissora, da destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão, conforme definido na Cláusula 3.7.1 acima;

- (e) aportar na Emissora, mediante integralização de capital em dinheiro, os recursos necessários à cobertura de eventuais insuficiências ou acréscimos do orçamento global do Projeto;
- (f) tomar todas as providências necessárias e aportar na Emissora, mediante integralização de capital em dinheiro ou através de adiantamentos para futuros aumentos de capital ("AFACs"), os recursos necessários à conclusão do Projeto conforme o cronograma de implantação, inclusive com vistas à correção de eventuais atrasos na obra e falhas na implementação do Projeto;
- (g) manter o objeto social da Emissora substancialmente na forma existente nesta data;
- (h) comunicar aos Debenturistas a ocorrência de qualquer decisão interlocutória ou sentença, quer em primeira instância, quer em outros graus de jurisdição, inclusive quanto ao deferimento de liminar ou tutela antecipada e ao julgamento de recursos já interpostos, bem como sobre a interposição de recursos e ajuizamento de novas ações, em relação a qualquer ação que possa ocasionar a constrição de bens do patrimônio da Interviente Garantidora e afetar, de qualquer forma, qualquer das Garantias previstas nas Cláusulas 4.15 e 4.16 acima;
- (i) caso não haja antecipação da entrada em operação comercial do Projeto, ou, ainda, caso a receita da Emissora proveniente da venda de energia elétrica decorrente da referida antecipação não seja suficiente para a total liquidação das Debêntures da Primeira Série na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, aportar na Emissora, mediante integralização de capital em dinheiro, os recursos necessários para a total liquidação das Debêntures da Primeira Série;
- (j) não transferir, alienar, onerar ou dispor, a qualquer título, as ações de emissão da Triunfo Negócios de Energia S.A., sem a prévia anuência dos Debenturistas, bem como submeter à aprovação dos Debenturistas quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da Triunfo Negócios de Energia S.A., à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da Triunfo Negócios de Energia S.A. ou em transferência do controle acionário da Triunfo Negócios de Energia S.A., ou em alteração da sua qualidade de

acionista controlador da Triunfo Negócios de Energia S.A., nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15.12.76;

- (k) manter-se como garantidora de todas as obrigações decorrentes dos CCVE's celebrados entre a Triunfo Negócios de Energia S.A. e a Emissora;
- (l) integralizar ao capital social da Emissora os eventuais valores relativos a AFACs aportados na Emissora e não reembolsados ao(s) acionista(s) até a data de 31 (trinta e um) de janeiro de 2015;
- (m) manter a relação Dívida Líquida Total / EBITDA menor que (i) 4,00 vezes nas medições realizadas em cada trimestre dos exercícios de 2012 e de 2013; (ii) 3.75 vezes nas medições realizadas em cada trimestre dos exercícios de 2014 e de 2015; e (iii) 3,50 vezes para cada medição subsequente;
- (n) fornecer ao Agente Fiduciário e ao Coordenador Líder:

(n.1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3 (três) dias úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Interveniente Garantidora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, e (iii) declaração do seu Diretor Presidente (ou seu equivalente) atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão, incluindo cópia de relatório com a apuração dos índices conforme descrito na Cláusula 9.1(m) acima;

- (n.2) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, (i) cópia das demonstrações financeiras da Interviente Garantidora, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e (ii) declaração do seu Diretor Presidente (ou seu equivalente) atestando o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, incluindo cópia de relatório com a apuração dos índices conforme descrito na Cláusula 9.1(m) acima;
- (n.3) em até 3 (três) dias úteis do recebimento da notificação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário;
- (n.4) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, acompanhadas de um relatório contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Interviente Garantidora pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias úteis da verificação da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento; e
- (n.5) dentro de 10 (dez) dias úteis do recebimento da solicitação, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM 28;
- (o) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo previsto na alínea "n.4" acima, qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;
- (p) cumprir com todas as determinações eventualmente emanadas da CVM, como o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas por aquela autarquia, caso aplicável; e

(q) manter a Interviente Garantidora existente, com seu atual objeto social, bem como com todas as aprovações e requerimentos, societários, governamentais ou regulamentares, ressalvadas as hipóteses de imaterialidade.

9.2. Para os fins da Cláusula 9.1 acima, considera-se:

(a) "Dívida Líquida Total", o somatório dos saldos das dívidas da Interviente Garantidora, incluindo dívidas da Interviente Garantidora e de suas controladas e coligadas perante pessoas físicas e/ou jurídicas, tais como mútuos, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, nos mercados local e/ou internacional, operações de derivativos e cessão de direitos creditórios não performados e que não contem com seguro performance; menos as disponibilidades em caixa, bancos e aplicações financeiras; e

(b) "EBITDA", o lucro operacional consolidado da Interviente Garantidora adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto) e (iv) provisão para manutenção da rodovia; e excluindo-se (x) receitas não operacionais; e (y) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

CLÁUSULA X

AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1. Nomeação

A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura de Emissão, a Planner Trustee DTVM Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas.

10.2. Declarações do Agente Fiduciário

10.2.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter nenhum impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;

- (l) inexitem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28, exceto aquelas mencionadas no Anexo II desta Escritura;
- (m) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas no Anexo II a presente Escritura de Emissão, bem como aos Debenturistas da Oferta;
- (n) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas na Cláusula VII desta Escritura; e
- (o) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto.

10.3. Substituição

10.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 10.3.6 abaixo.

10.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

10.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

10.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser arquivado na JUCEPAR.

10.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição, conforme aplicável, sendo que o término do exercício de suas funções, devendo no caso da substituição, formalizar o aditamento a presente Escritura de Emissão, devidamente arquivado na JUCEPAR.

10.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis* a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

10.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por atos da CVM.

10.4. Deveres

10.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como do valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;
- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos Cartórios de Protesto, das Juntas de Conciliação e Julgamento e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;

- (k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão;
- (l) responsabilizar-se pela elaboração das atas de Assembleia Geral de Debenturistas;
- (m) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (n) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações sendo certo que a documentação necessária para a elaboração deste será enviada pela Emissora no prazo máximo de 30 (trinta) dias prévios ao encerramento do prazo junto à CVM:
- (l.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (l.5) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (l.6) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

- (l.7) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (l.8) pagamentos da Remuneração realizada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (l.9) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias prestadas nos termos das Cláusulas 4.15 e 4.16 acima; e
- (l.10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo econômico da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (o) disponibilizar o relatório de que trata a alínea "l" acima aos Debenturistas no prazo disposto na regulamentação aplicável, ao menos nos seguintes locais:
- (o.1) na sede da Emissora;
 - (o.2) em sua sede social e em seu site (www.fiduciario.com);
 - (o.3) na CVM;
 - (o.4) na CETIP; e
 - (o.5) na sede do Coordenador Líder;
- (p) enviar comunicado aos Debenturistas sobre a disponibilidade do relatório nos locais indicados na alínea "o" acima;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, especialmente daquelas impositivas de

obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;
- (t) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (u) acompanhar, em conjunto com a Emissora, o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração, disponibilizando-o aos Debenturistas; e
- (v) acompanhar com o Banco Mandatário, em cada data de pagamento da remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

10.4.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

10.4.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações,

estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

10.5. Atribuições Específicas

10.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento integral dos Debenturistas;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) requerer a falência da Emissora; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

10.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "e" da Cláusula 10.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea "d" da Cláusula 10.5.1 acima.

10.6. Remuneração do Agente Fiduciário

10.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário pela Emissora, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, parcelas anuais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo o primeiro pagamento devido 5 (cinco) dias úteis após

data de assinatura desta Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes.

10.6.2. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

10.6.3. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

10.6.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante pagamento de boleto a ser emitido pelo Agente Fiduciário.

10.6.5. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 10.6.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata temporis*, se necessário.

10.6.6. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social, COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação aos tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes.

10.6.6.1. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (a) assessoria aos Debenturistas, (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas; (c) a implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e

da Emissora, e para (d) a execução das Garantias ou das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de (5) cinco dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado.

10.6.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados.

10.6.8. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

10.6.9. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração mencionada na Cláusula 10.6.1 acima, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago e multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

10.7. Despesas

10.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, devendo ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

10.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 10.7 será efetuado, em 5 (cinco) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante entrega das vias originais dos comprovantes de pagamento.

10.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com

procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

10.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 10.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora, em razão de motivo justificado;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, e alimentação quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

10.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 10.7.1 e 10.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA XI

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas" ou "Assembleia Geral") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

11.1. Convocação

11.1.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação.

11.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

11.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 8 (oito) dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

11.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral.

11.2. Quorum de Instalação

11.2.1. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de Debenturistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

11.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quora* de instalação e/ou deliberação das Assembleias Gerais previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se "Debêntures em circulação" todas as Debêntures de qualquer das séries subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora, pela Interveniente Garantidora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), sociedades sob controle comum, administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

11.3. Quorum de Deliberação

11.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 11.3.2 abaixo, ou pelos demais quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

11.3.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 11.3.1 acima as seguintes alterações, (A) que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) o quorum de deliberação das Assembleias Gerais; e (iii) a vigência das Debêntures; e (B) que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação: (i) as hipóteses de vencimento antecipado; e (ii) os termos e condições da Fiança e dos Contrato de Garantia.

11.3.3. As alterações dos *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 11.3 deverão ser aprovadas, seja em

primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 100% (com por cento) das Debêntures em circulação.

11.3.4. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e da Interviente Garantidora nas Assembleias Gerais, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

11.3.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA XII

DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

12.1. A Emissora e a Interviente Garantidora declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (a) são sociedades por ações devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de companhia fechada (para a Emissora) e aberta (para a Interviente Garantidora), de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia e o Contrato de Distribuição e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Distribuição, e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado

de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (e) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora e da Interviente Garantidora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, exceto que (i) sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e (ii) a transferência do controle da Emissora dependerá de prévia e expressa anuência da ANEEL e a excussão da cessão de direitos prevista no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergentes não poderá comprometer a continuidade da exploração da UHE Garibaldi;
- (f) detêm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, incluindo, mas não se limitando à Concessão, estando todas elas válidas;
- (g) estão cumprindo com todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto quando o não cumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não afete o cumprimento das obrigações da Emissora ou da Interviente Garantidora no âmbito da Emissão;
- (h) as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, e as informações financeiras trimestrais relativas ao período de 3 (três) meses findos em 30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2011 apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora e da Interviente Garantidora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora e da Interviente Garantidora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos na República Federativa do Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum efeito relevante adverso aos negócios, à

situação financeira e ao resultado das operações da Emissora e da Interviente Garantidora, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora ou a Interviente Garantidora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora ou para a Interviente Garantidora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora ou da Interviente Garantidora;

- (i) não têm conhecimento da existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora e/ou à Interviente Garantidora, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora e pela Interviente Garantidora, conforme o caso;
- (j) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora e sobre a Interviente Garantidora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora e da Interviente Garantidora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (k) não omitiram ou omitirão nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das suas situações econômico-financeira ou jurídica, em prejuízo dos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures;
- (l) exceto pelo disposto no item "r" abaixo, não têm nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (m) não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (n) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão;

- (o) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
- (p) as informações prestadas no âmbito da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora, suas atividades e sua situação financeira, das responsabilidades da Emissora e da Interveniente Garantidora, além dos riscos a suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões de investimento dos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável;
- (q) a utilização dos valores objeto da presente Emissão não implicará violação da legislação ambiental;
- (r) observam e observarão as normas referentes a lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, à Lei 9.613/98 e demais legislações aplicáveis;
- (s) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, inclusive mas não limitado à obrigação de utilizar os recursos obtidos por meio da Emissão na forma estabelecida na Cláusula 3.7 acima; e
- (t) O Anexo II contém a descrição de emissões de debêntures da Emissora e do grupo econômico da Emissora em que a Planner Trustee DTVM Ltda. atua também como agente fiduciário.

CLÁUSULA XIII DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Comunicações

13.1.1. Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas por qualquer das Partes em virtude desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Rio Canoas Energia S.A.

Rodovia BR 116, Km 395, nº 2.651, Bairro Alto 82.590-100 – Curitiba, PR

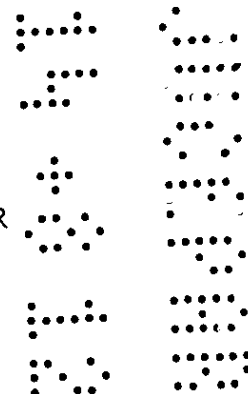
At.: Sr. Jose Luiz Bussolari / Sra. Bertha Resmer

Tel.: (41) 3315 3033

Fax: (41) 3315 3033

E-mail: Jose.bussolari@riocanoasenergia.com /

bertha.resmer@riocanoasenergia.com



Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900 – 10º andar, Bairro Itaim Bibi

04538-132 - São Paulo, SP

At.: Sra. Viviane Rodrigues

Tel.: (11) 2172 2628

Fax: (11) 3078 7264

E-mail: vrodriques@plannercorretora.com.br / tlima@plannercorretora.com.br

Para o Banco Mandatário:

Itau Unibanco S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº. 100 – Torre Itaúsa

CEP 04344-902 – São Paulo – SP

At. Sra. Claudia Vasconcelos

Tel (11) 5029-1910

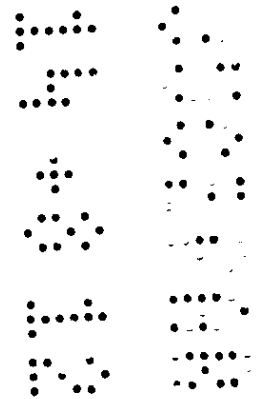
Fax: (11) 5029-1920

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para o Agente Escriturador:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº. 3.400 – 10º andar
CEP 04538-132 – São Paulo – SP
At. Sra. Claudia Vasconcelos
Tel (11) 5029-1910
Fax: (11) 5029-1920
E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br



Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
01452-001 – São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel: (11) 3111-1596 Fax: (11) 3111-1564
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

Para a Interveniente Garantidora:

TPI -Triunfo Participações e Investimentos S.A.

Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 1402
04551-000 – São Paulo, SP
At.: Sras. Paula Paulozzi Villar / Andrea Mello
Tel.: (11) 2169-3999
Fax: (11) 2169-3999
E-mail: paula.villar@triunfo.com / andrea.mello@triunfo.com

13.1.2. As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por fac-símile ou por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais dos documentos enviados por fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

13.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

13.2. Renúncia

13.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora e/ou da Interviente Garantidora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora e pela Interviente Garantidora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.3. Veracidade da Documentação

13.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

13.3.2. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

13.4. Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas

13.4.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

13.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

13.5.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

13.6. Cômputo do Prazo

13.6.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

13.7. Atualização de Valores

13.7.1. A partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, todos os valores em Reais (R\$) dela constantes, inclusive os mencionados na Cláusula VII acima, deverão ser corrigidos pela variação do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou a Remuneração das Debêntures.

13.8. Despesas

13.8.1. A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; e (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão e os atos societários da Emissora.

13.9. Lei Aplicável

13.9.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

13.10.Foro

13.10.1. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

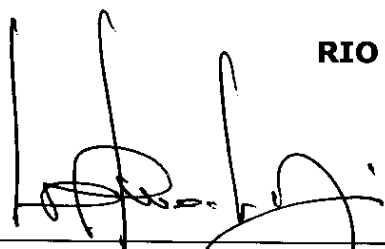
Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

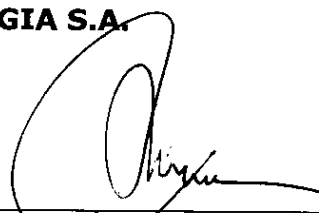
São Paulo, 08 de agosto de 2012.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

(Página de Assinatura 1/4 do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Rio Canoas Energia S.A.")

RIO CANOAS ENERGIA S.A.


Nome: **Luiz Alberto Kuster**
RG: 1.423.287
Cargo: **CPF: 357.613.009-82**

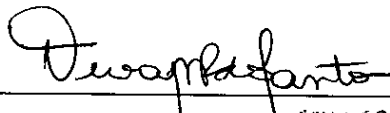

Nome: **JOSÉ LUIZ BUSSOCARI**
Cargo: **DIRETOR ADM. FINANCEIRO**

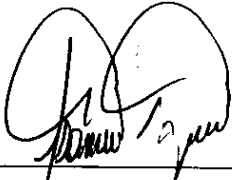




(Página de Assinatura 2/4 do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Rio Canoas Energia S.A.")

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

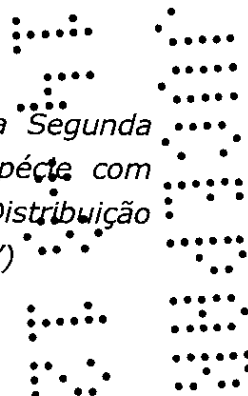

Nome: Francine Rodrigues
Cargo: Diretora


Nome: Flávio D. Aguetoni
Cargo: Procurador






(Página de Assinatura 3/4 do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Rio Canoas Energia S.A.")



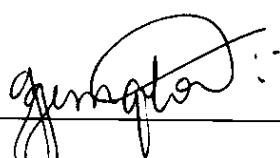
TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

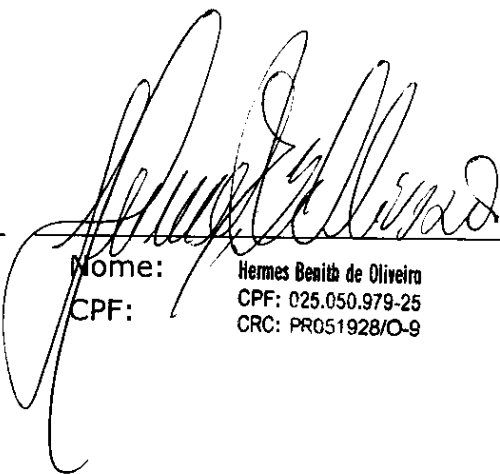
Nome: Sandro Antonio de Lima
Cargo: RG: 15.258.444-4
CPF: 061.867.548-55

Nome: Carlo Alberto Bottarelli
Cargo: RNE: W031334-P
CPF: 185.211.779-68

(Página de Assinatura 4/4 do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Rio Canoas Energia S.A.")

Testemunhas:


Nome: Graciele Massaro Queto
CPF: RG: 7.900.311.5 SSP/PR
CPF: 029.228.489-65


Nome: Hermes Benito de Oliveira
CPF: 025.050.979-25
CRC: PRO51928/O-9



JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 14/08/2012
SOB NÚMERO: ED000981000
Protocolo: 12/547573-0, DE 13/08/2012
Empresa: 41 3 0008139 5
RIO CANOAS ENERGIA S.A.


SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

5 3 2 1

ANEXO I
Metodologia de Cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida total da Emissora, incluindo a dívida dos debenturistas e eventual emissão de debêntures, com base em informações registradas nas Demonstrações Financeiras, em determinado período t¹ de verificação, a saber:

A) Geração de Caixa da Atividade

- (+) LAJIDA (EBITDA)
- (-) Imposto de Renda
- (-) Contribuição Social
- (+/-) Variação do Capital de Giro

B) Serviço da Dívida

- (+) Amortização de Principal
- (+) Pagamento de Juros

$$C = \text{ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA} = (A) / (B)$$

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

- (+) Lucro Líquido;
- (+) Despesa (receita) financeira líquida;
- (+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais;
- (+) Depreciações e amortizações;
- (+) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas; e
- (+) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/controladas.

¹ t corresponde a um determinado ano civil

[Handwritten signatures and marks]

ANEXO II

Descrição da 1ª Emissão de Debêntures realizada pela Rio Canoas Energia S.A. em que Planner Trustee DTVM LTDA. atua como Agente Fiduciário

1. Denominação da companhia ofertante: Rio Canoas Energia S.A. ("Emissora")
2. Valor da emissão: R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais)
3. Quantidade de debêntures emitidas: 150 (cento e cinquenta) debêntures
4. Número de Séries: série única
5. Conversibilidade, espécie, tipo e forma: debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie com garantia quirografária e garantia adicional fidejussória, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
6. Destinação dos Recursos: (i) pré-pagamento da CCB nº 270676311 emitida pela Emissora em favor do Coordenador-Líder da Emissão em referência e; (ii) realização do programa de investimentos do projeto UHE Garibaldi ("Projeto")
7. Prazo de Vencimento das Debêntures: 30 de novembro de 2012.
8. Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores:
 - (i) fiança prestada pela TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("TPI").
9. Resgate Antecipado Facultativo e Resgate Antecipado Obrigatório: ficará admitido o resgate antecipado da totalidade das debêntures em circulação mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* deste a data de emissão até a data do efetivo resgate. Adicionalmente, no caso de obtenção de financiamento de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para o Projeto, a Emissora estará obrigada a resgatar antecipadamente, total ou parcialmente, as debêntures em circulação, nos termos indicados na respectiva escritura de emissão.

10. Amortização da Remuneração e Valor Nominal Unitário: O Valor Nominal Unitário será amortizado em 01 (uma) única parcela, na Data de Vencimento.
11. Inadimplemento desde a data de emissão das debêntures pela Emissora: até a presente data não havia ocorrido.

Descrição da 2ª Emissão de Debêntures realizada pela Rodovias do Norte S.A - ECONORTE em que Planner Trustee DTVM LTDA. atua como Agente Fiduciário

1. Denominação da companhia ofertante: Rodovias do Norte S.A - ECONORTE ("Emissora")
2. Valor da emissão: R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais)
3. Quantidade de debêntures emitidas: 120 (cento e vinte) debêntures
4. Número de Séries: série única
5. Conversibilidade, espécie, tipo e forma: debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e garantia adicional real, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
6. Destinação dos Recursos: (i) alongamento do perfil da dívida, (ii) recomposição do caixa da Emissora para usos gerais, inclusive a distribuição de dividendos relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores, e (iii) antecipação de despesas à Rio Tibagi.
7. Prazo de Vencimento das Debêntures: 10 de maio de 2017.
8. Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores:
 - (a) alienação fiduciária de 51% das ações de emissão da Emissora;
 - (b) penhor de 2º grau de 49% das ações de emissão da Emissora, e de todos os direitos incorrentes sobre elas;
 - (c) vinculação dos recebíveis da Emissora e da Rio Tibagi por meio de conta centralizadora vinculada;

(d) cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes da conta da Emissora e da conta da Rio Tibagi, e dos recebíveis da Emissora e da Rio Tibagi decorrente de certos contratos; e

(e) cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão detida pela Emissora junto ao Banco do Brasil; e (g) fiança prestada por TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda.

9. Resgate Antecipado Facultativo: A Emissora poderá, partir da Data de Emissão, mediante deliberação do Conselho de Administração, promover o resgate, total ou parcial, das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante pagamento de seu Valor Nominal Unitário de [i] remuneração e [ii] prêmio, nos termos da Cláusula 4.13.1 da Escritura de Emissão.

10. Amortização da Remuneração e Valor Nominal Unitário: O valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 12 parcelas semestrais consecutivas, com início em 10/11/2011 e a última em 10/05/2017

11. Inadimplemento desde a data de emissão das debêntures pela Emissora: até a presente data não havia ocorrido.

Descrição da 1ª Emissão de Debêntures realizada pela Maestra Navegação e Logística S.A. em que Planner Trustee DTVM LTDA. atua como Agente Fiduciário

1. Denominação da companhia ofertante: Maestra Navegação e Logística S.A. ("Emissora")

2. Valor da emissão: R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais)

3. Quantidade de debêntures emitidas: 80 (oitenta) debêntures

4. Número de Séries: série única

5. Conversibilidade, espécie, tipo e forma: debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações; da espécie quirográfaria e garantia adicionais reais e fidejussória, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

6. Destinação dos Recursos: (i) o pagamento antecipado da dívida decorrente do contrato de empréstimo firmado entre a Emissora e o Banco BTG Pactual S.A em 10.02.2011, no valor de UR\$ 20.870.602,22, somados dos devidos encargos remuneratórios e/ou moratórios; (ii) o pagamento antecipado parcial da dívida decorrente da Cédula de Crédito Bancário emitida pela Emissora em favor do Banco BTG Pactual S.A, em 04.04.2011, no valor de R\$ 5.000.000,00, somados dos devidos encargos remuneratórios e/ou moratórios; e (iii) a aquisição da embarcação Westerdeich (Maestra Pacífico) pela Maestra Shipping.

7. Prazo de Vencimento das Debêntures: 15 de julho de 2015.

8. Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores:

(i) fiança prestada pela TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("TPI") e pela alienação fiduciária da embarcação Maestra Mediterrâneo de titularidade da Vessel Log, hipoteca da embarcação Westerdeich.

9. Resgate Antecipado: A Emissora poderá, a qualquer tempo, a partir da data de emissão, mediante deliberação em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures em circulação.

10. Amortização da Remuneração e Valor Nominal Unitário: O Valor Nominal Unitário será amortizado mensalmente, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 16 de julho de 2012 e o último pagamento em 15 de julho de 2015.

11. Inadimplemento desde a data de emissão das debêntures pela Emissora: até a presente data não havia ocorrido.

Descrição da 1ª Emissão de Debêntures realizada pela TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. em que Planner Trustee DTVM LTDA. atua como Agente Fiduciário

1. Denominação da companhia ofertante: TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Emissora")

2. Valor da emissão: R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais)

3. Quantidade de debêntures emitidas: 60.000 (sessenta mil) debêntures
4. Número de Séries: série única
5. Conversibilidade, espécie, tipo e forma: debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, contando com garantia adicional fidejussória pela Construtora Triunfo S.A., escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
6. Destinação dos Recursos: (i) os recursos destinar-se-ão a sustentar o programa de investimentos relacionados com as participações societárias que a Emissora detém em diversas companhias, atividade que constitui o objeto social exclusivo da Emissora.
7. Prazo de Vencimento das Debêntures: 5ª dia útil do mês de janeiro de 2013.
8. Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: As debêntures da presente emissão são da espécie subordinada, isto é, concorrem ao patrimônio da Emissora em subordinação aos demais créditos (inclusive quirografários), gozando de preferência tão somente sobre o crédito de seus acionistas. Contam ainda com garantia adicional fidejussória pela acionista controladora da Emissora, Construtora Triunfo S.A., fiadora da presente emissão.
9. Resgate Antecipado Facultativo e Resgate Antecipado Obrigatório: Não se aplica a presente emissão.
10. Amortização da Remuneração e Valor Nominal Unitário: O Valor Nominal Unitário será amortizado em 01 (uma) única parcela, na Data de Vencimento.
11. Inadimplemento desde a data de emissão das debêntures pela Emissora: até a presente data não havia ocorrido.

Descrição da 1ª Emissão de Debêntures realizada pela Portonave S.A - Terminais Portuários de Navegantes S.A. em que Planner Trustee DTVM LTDA. atua como Agente Fiduciário



1. Denominação da companhia ofertante: PORTONAVE S.A - Terminais Portuários de Navegantes S.A. ("Emissora")
2. Valor da emissão: R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais)
3. Quantidade de debêntures emitidas: 2.500 (duas mil e quinhentas debêntures)
4. Número de Séries: série única
5. Conversibilidade, espécie, tipo e forma: debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
6. Destinação dos Recursos: O montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição pública com esforços restritos das Debêntures será destinado (i) ao pagamento antecipado de empréstimo sindicalizado liderado pela General Electric Capital Corporation, objeto do "*Amended Loan and Restated Agreement*", celebrado em 4 de junho de 2007, entre a Emissora, a Iceport, a General Electric Capital Corporation e a GE Corporate Finance Bank SAS, por meio do qual a General Electric Capital Corporation concedeu à Emissora e à Iceport um empréstimo no valor máximo de US\$182.400.000,00 (cento e oitenta e dois milhões e quatrocentos mil dólares) ("Financiamento GE") e (ii) recomposição de caixa da Emissora.
7. Prazo de Vencimento das Debêntures: 11 de julho de 2017.
8. Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, e contam com as seguintes garantias:
 - (a) Alienação fiduciária da totalidade das ações da Emissora, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão de Direitos em Garantia sob Condição Suspensiva" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"), celebrado entre a TPI Log S.A., a Maris Gaudium Empreendimentos e Participações S.A., a Starport Participações Ltda., a Bakmoon Investments Inc. (em conjunto, "Garantidoras"), a Emissora e o Agente Fiduciário;
 - (b) Alienação fiduciária de bens móveis de propriedade da Emissora, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos em Garantia sob

Condição Suspensiva" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis"), celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário;

(c) Alienação Fiduciária de imóvel de propriedade da Emissora, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia sob Condição Suspensiva" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel") celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário;

(d) Cessão fiduciária da totalidade dos direitos de crédito decorrentes de contratos da Emissora, da Iceport e da Teconnave e da totalidade dos direitos emergentes da Autorização, nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Créditos e Direitos Emergentes, Administração de Contas e Outras Avenças, sob Condição Suspensiva" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis") celebrado entre a Emissora, a Iceport, a Teconnave, o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de banco administrador, e o Agente Fiduciário;

(e) Alienação fiduciária da totalidade das ações da Iceport, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia sob Condição Suspensiva" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Iceport"), celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário;

(f) Alienação fiduciária da totalidade das ações da Teconnave, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia sob Condição Suspensiva.

9. Resgate Antecipado Facultativo e Resgate Antecipado Obrigatório: As Debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, a qualquer tempo, em sua totalidade ("Resgate Antecipado Facultativo"), a critério da Emissora, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos Debenturistas com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência, informando a data e qualquer outra informação relevante aos Debenturistas, mediante pagamento (i) de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate; e (ii) do Prêmio previsto na Cláusula 6.4.

10. Amortização da Remuneração e Valor Nominal Unitário: O Valor Nominal Unitário será amortizado em 9 (nove) parcelas, nas datas da Cláusula 5.4 Escritura de Emissão.

11. Inadimplemento desde a data de emissão das debêntures pela Emissora: até a presente data não havia ocorrido.